

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2008 - NÚMERO VINTE DOIS:-----

Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Presidente da Câmara, eram dezasseis horas e trinta minutos.-----

Foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes e com as alterações propostas pelos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, a Acta da Reunião de Câmara de dia 14/11/2008.-----

Foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes e com as alterações propostas pelo Vereador Mário Pereira, a Acta da Reunião de Câmara de dia 21/11/2008.-----

Foi aprovada por unanimidade a acta da Reunião de Câmara de dia 27/11/2008.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número duzentos e trinta e um, datado de três de Dezembro de dois mil e oito, que acusa um saldo disponível de duzentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro euros e dezassete cêntimos.-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

ORDEM DO DIA:-----

- DESPESAS ORÇAMENTAIS – AUTORIZAÇÃO GERAL (Artº 68, nº1 g), do Decreto-Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5A/2002 de 11 de Janeiro).-----

Deliberado, por unanimidade, autorizar a Presidente da Câmara a realizar despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação da Câmara Municipal, com a excepção das referidas no n.º 2 do artigo 54º.-----

- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA NA PRESIDENTE DE CÂMARA (artº 65º do Decreto-Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5A/2002 de 11 de Janeiro).-----

Deliberado, por unanimidade, delegar no Presidente da Câmara, as competências previstas no artº 65 do Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5A/2002 de 11 de Janeiro.-----

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento do Despacho nº 1P/2008, que passará a fazer parte integrante da acta. Referiu ainda que após a reunião dar-se-ia conhecimento à população do respectivo despacho, bem como que os Vereadores

que não estão em regime de permanência serão informados pelos serviços da Câmara Municipal das eventuais solicitações que a eles sejam dirigidas, através do serviço de recepção do Município.-----

- PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2009---

Após a apresentação do orçamento pela Senhora Presidente da Câmara, tomou a palavra o Vereador Mário Pereira dizendo que, embora compreenda as dificuldades encontradas na elaboração do mesmo, continua a achar que o prazo disponível de 48 horas para a análise do documento é insuficiente e incompatível com o rigor que essa tarefa exige. Acrescentou que deveria ser possível, à semelhança não só do que acontece na Junta de Freguesia, mas também do que está previsto no próprio estatuto da oposição, consultar-se as forças políticas da oposição, no caso a CDU, relativamente a eventuais propostas para o Plano de Actividades e para o Orçamento.-----

Passando à análise propriamente dita do documento, referiu que na introdução, 2º parágrafo, quando se comprara o ano 2008 com o ano 2009, encontrou uma contradição no facto de o documento declarar um aumento significativo na despesa com o pessoal, mas apesar disso conseguiu-se um decréscimo orçamental de 3,4% para 2009. Perguntou como é que é possível uma redução orçamental, se a Câmara passar a ter sob o seu encargo todo o pessoal não docente, ao abrigo do protocolo celebrado com o Ministério da Educação.-----

O Vereador fez também referência ao orçamento do ano transacto em que se acentua a questão da subavaliação das despesas com o pessoal da Divisão Municipal de Obras, Planeamento e Urbanismo nesse mesmo orçamento. O Vereador não quis deixar de referir que, essa menção lhe parecia ser a assunção de uma responsabilidade que já foi apontada no ano passado pela CDU na Assembleia Municipal e que de certa forma foi negada pelo Presidente da Câmara nessa altura. O Vereador referiu-se ao período que, em 2009, será consagrado a despesas com o funcionamento das águas, até ao início da actividade da empresa Águas do Ribatejo.-----

Na questão do endividamento fez referência à redução de 21,7% que se deve, como é explícito no documento, à redução do SPREAD e ao prolongamento dos prazos. O Vereador questionou sobre o que foi negociado nesse aspecto e em que moldes se processam os alongamentos de prazos. O facto de transferir para períodos posteriores o problema do endividamento da Câmara, de certa forma, também pode criar alguns problemas em termos de sustentação futura da mesma.-----

O Vereador perguntou também quais as medidas de saneamento económico que se pretendem implementar.-----

Falou também das várias áreas em que se irá traduzir a intervenção da Câmara na reabilitação urbana, se tem a ver com o funcionamento da nova sociedade intermunicipal ou se é uma acção própria da autarquia.-----

Em relação ao equipamento escolar o Vereador referiu que surge na cabimentação o Centro Escolar, que já estaria previsto no orçamento do ano passado e que não se efectivou. O Vereador quis saber em concreto se de facto é para avançar com o Centro Escolar.-----

O Vereador pretendia saber se o roteiro turístico a publicar pela Câmara, referido na pag.12, se trata de uma publicação a nível do Concelho ou para o exterior, Região de Turismo, agentes económicos ligados ao turismo, etc.-----

A Senhora Presidente respondeu dizendo que é um roteiro turístico que procurará chegar não só à população, mas o objectivo é a promoção e divulgação do Concelho no exterior, junto das entidades a estes fins destinadas. Esse roteiro é um trabalho do qual o Executivo tem sentido alguma falta, uma vez que é altura, em face dos equipamentos disponíveis, fazer a divulgação dos mesmos. E nesse documento serão também divulgados todos os agentes do Concelho ligados ao turismo, como por exemplo a área da Gastronomia.-----

O Vereador Mário Pereira colocou ainda uma questão relacionada com o Ordenamento e Urbanismo. O Vereador pretendia saber se é para avançar com o Largo Vasco da Gama, que já está previsto há bastante tempo, bem como, a ligação à Vala de Alpiarça.-----

Já na área dos Parques, Jardins e Valorização Ambiental, o Vereador notou estar em falta a implementação no Casalinho de um espaço jardinado e que envolva a criação de um Polidesportivo, matéria que deriva da aprovação em Assembleia Municipal de uma proposta que ia nesse sentido.-----

O Vereador Mário Peixinho referiu que no ponto referente ao aumento das despesas com o pessoal não docente, incorporadas agora no orçamento da Autarquia, não foram referidas as contrapartidas financeiras por parte do Ministério da Educação. Participação que foi negociada com o Ministério e que acabou por nunca vir a Reunião de Câmara, como havia ficado combinado. O Vereador confessou ainda que teve pouco tempo para se debruçar sobre o orçamento e deixou o apelo para que no futuro se dê mais tempo aos Vereadores para analisarem os documentos. Em consciência, o Vereador diz ver-se na necessidade de se abster porque não tem condições nem para aprovar nem para reprovar o documento.-----

A senhora Presidente tomou a palavra para esclarecer que o período de 48 horas, para análise do documento orçamental para 2009 é justificado pela mudança do Executivo e por todas as exigências em termos de tempo que essa mudança acarretou. Mais esclareceu que tudo foi feito para cumprir os prazos. Continuou, dizendo que procuraram inserir na introdução ao documento uma apreciação técnica que auxiliasse a apreciação global do orçamento. Disse concordar, contudo, que é positivo um orçamento participativo, em que as várias forças políticas e a população em geral podem fazer chegar ao Executivo as suas ideias. Mas na situação em concreto, isso não seria possível.-----

O Vereador Ferreirinha acrescentou que os vereadores eleitos pela CDU podiam ter feito chegar ao executivo as suas propostas antes mesmo de serem questionados. Aliás, o estatuto da oposição prevê precisamente essa autonomia.-----

A Presidente voltou a tomar a palavra para referir que não encontrou nenhuma contradição no documento, uma vez que no mesmo se explica o aumento de despesas com o pessoal, ao mesmo tempo que também está explicada a redução orçamental.-----

Já em relação à subavaliação das despesas com o pessoal da Divisão Municipal de Obras, Planeamento e Urbanismo que está descrita no documento, a Presidente esclareceu que não se está a tentar assumir erro nenhum, uma vez que quando a questão foi levantada na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara disse que teria sido um erro dos serviços que por lapso tivesse acontecido. Não houve a tentativa de esconder o problema, pelo contrário. Quanto à questão do saneamento e do período inicial, a ideia é que há vontade de iniciar com maior rapidez possível, em Janeiro, mas por uma questão de cautela, entendeu-se que se devia inserir esse espaço temporal mínimo que se pretende que seja o menor possível.-----

Já em relação ao endividamento, a intenção é pagar a tempo e horas. Há uma resolução do Conselho de Ministros no sentido de fazer face à profunda crise actual, e essa resolução trará, no âmbito do que é a realidade, algum "respirar de alívio". E sobretudo poder auxiliar os fornecedores que efectivamente já prestaram os seus serviços. Está também prevista uma redução de 21,72% que decorre da própria aplicação da resolução. A Presidente esclareceu ainda que essa resolução apareceu no momento em que estavam a elaborar o orçamento e, portanto, há ainda algumas questões a concretizar.-----

Quanto ao decréscimo no investimento, ele está também explicado no último parágrafo da página 3.-----

Já em relação ao Centro Escolar, este vai ser uma realidade. A intenção é que o mesmo avance com a maior brevidade possível.-----

No essencial, o que a Presidente quis transmitir é que o orçamento do Executivo da Câmara de Alpiarça, num ano que é chamado ano de eleições, procurou, com base no que é a realidade e tendo em conta a conjuntura económica, não se sujeitar a imediatismos, mas sim adequar o orçamento àquela que é efectivamente a realidade e às reais prioridades do município. Apertar o cinto, mas não descurando aquilo que entendem ser as prioridades essenciais para o bem estar dos munícipes. Tomou a palavra a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Maria do Céu Augusto, para responder às questões levantadas pelos Vereadores da CDU. Em relação ao aumento das despesas de pessoal em 35.19% ser contraditória com uma redução do orçamento em 3.4%, a Dr.^a Maria do Céu esclareceu que existindo efectivamente contrapartidas, elas têm de ser colocadas no lado das receitas, sendo que os gastos terão de aparecer na totalidade na coluna das despesas, e não

apenas o que a Câmara efectivamente gasta tendo em conta o que recebe. Na elaboração do orçamento trabalha-se sempre com a totalidade dos valores e não a razão despesas-receitas. Por isso não existe contradição, uma vez que para compensar o acréscimo de despesas com o pessoal, se fez um esforço titânico para reduzir as despesas de funcionamento em 26.88%. Isto significa que se está a poupar em tudo o que é possível poupar.-----

Quanto ao espaço temporal para a passagem do saneamento para as Águas do Ribatejo, a previsão era iniciar-se a actividade no dia 1 de Janeiro. Mas esse prazo, pelo que se vê, é muito difícil que venha a ser cumprido. Por isso, se decidiu colocar 3 meses como tempo máximo para fazer essa transferência. Valores que serão depois equacionados por alteração orçamental se for necessário.-----

Já em relação ao serviço da dívida, a Dr.ª Maria do Céu esclareceu que já tinham o orçamento fechado quando chegou o projecto de resolução do Conselho de Ministros para o pagamento a tempo e horas. O valor real do serviço da dívida é de 850.000,00€ , este é um número ao qual se chegou através da comunicação de todos os bancos que trabalham com a Autarquia. Em 2009, esse é o valor que a Câmara tem de pagar de dívidas pelos contractos actuais. Informou ainda que o nível de endividamento é alto e que existem problemas com fornecedores, problemas que se pretendem sanar. É precisamente com fornecedores que o problema é maior, uma vez que algumas empresas já estão a cobrar juros mais elevados que os dos bancos, e inclusivamente muitos deles estão a recorrer directamente ao factoring.-----

A Presidente esclareceu o Vereador Mário Peixinho que as propostas que estão plasmadas no documento decorrem dos dados que a Autarquia dispõe actualmente, isto em relação à questão do pessoal não docente, e para justificar o facto de esse assunto não ter ido ainda a Reunião de Câmara. O assunto ainda não está completamente esclarecido, até pelo grau de complexidade que envolve.-----

Para responder às restantes questões, tomou a palavra o Vereador Ferreirinha. Relativamente ao Centro Escolar, esclareceu que, sempre foi dito, na sequência da contratualização no âmbito da CULT que seria integrado. O Centro Escolar está aprovado junto da DREL e está considerado o valor de 900.000,00€. Trata-se de um edifício com 8 salas, a arquitectura está pronta, os projectos da especialidade estão praticamente concluídos e pensa-se que até ao final do ano estará tudo pronto, o que coincidirá com a contratualização. O projecto fez parte do Plano para 2008 porque o Executivo sempre pensou que o processo do financiamento ao QREN fosse mais célere.-----

Em relação ao Largo Vasco da Gama, naturalmente que é para avançar. O projecto foi posto a concurso, e o que aconteceu é que todas as propostas vieram acima da base e teve que se alterar o projecto, no sentido de não exceder largamente o que estava previsto inicialmente. Para isso reviu-se o projecto ao nível dos pavimentos.

Na reabilitação urbana, além da componente rodoviária, existe ainda outro aspecto que surgiu já quando se estava a preparar a contratualização, e que se prende com a mobilidade territorial. Ou seja, é possível integrar alguns arruamentos no que se pretendia chamar a Circular Rodoviária Urbana de Alpiarça, e que agora terá outro nome, e que tem a ver com a ligação, no Frade de Baixo, da Perimetral, a chamada Rua das Pataias, pela rua dos Gaiatos até à Estrada da Gouxá. Essa ligação é muito importante porque vamos ter o nó Sul do IC3 na estrada da Gouxá. Daí que na mobilidade urbana se tenha considerado essa hipótese.-----

Já em relação ao Parque do Casalinho, naturalmente que é para executar. Isso foi considerado na valorização ambiental porque não havia a percepção da rúbrica onde inserir esta intervenção. Mais esclareceu que foi feita uma candidatura para o Parque do Casalinho ao Instituto do Desporto, e o Instituto deu algum tempo para a Câmara conseguir a posse efectiva do terreno. O terreno foi doado porém, ainda não houve possibilidade de fazer a escritura e o registo a favor da Câmara. Pelo que o assunto está pendente desse problema.-----

A Presidente da Câmara colocou a proposta à votação, foi deliberado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho aprovar o referido documento e respectivos anexos (Mapa de Pessoal).-----

Foi ainda deliberado submeter os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal.-----

VÁRIOS:-----

- TERTÚLIA – RESTAURANTE/BAR, propõe à Câmara Municipal de Alpiarça parceria para elaboração de um folheto informativo sobre o restaurante, contendo também informações alusivas ao Concelho.-----

A Senhora Presidente da Câmara saiu da sala.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a divulgação de fotografias no folheto informativo, quanto à participação financeira, a mesma não será possível. Comunicar ao requerente.-----

A Senhora Presidente da Câmara voltou a entrar na sala.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – Alteração Nº 17 – ratificação do despacho da Senhora Vereadora, datado de 20/11/2008-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Vereadora, exarado no documento em 20/11/08.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GOP´S – Alteração Nº 16 - ratificação do despacho da Senhora Vereadora datado de 20/11/2008.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Vereadora, exarado no documento em 20/11/08.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – Alteração Nº 18 – ratificação do despacho do

Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/11/2008.-----
Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no documento em 26/11/2008.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GOP'S – Alteração Nº 17 - ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 26/11/2008.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho do Presidente da Câmara exarado no documento em 26/11/2008.-----

INFORMAÇÕES:-----

Não houve intervenções.-----

Não havendo mais nada a tratar foi a reunião encerrada pela Presidente da Câmara, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----
